Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

21 DE NOVEMBRO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, SOBRE AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO NA ÁREA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR

Brasileiros:

Em meus pronunciamentos anteriores, mostrei-lhes o esforço que fizemos para superar a escassez de energia e integrar as nossas comunidades. Conseguimos muito e hoje temos uma base sólida de recursos energéticos, de transportes e de comunicações. Quero que você, dona-de-casa, trabalhador, estudante, conheça a verdade sobre tudo o que fez não só o Governo, mas nós todos, nestes 20 anos.

As novas gerações que ingressam no mercado de trabalho, você, rapaz ou moça, que pretende vencer na vida, realizar-se pela profissão que escolheu, você tem o apoio valioso dessa infra-estrutura que os seus pais não tiveram.

As obras que fizemos foram feitas para você, principalmente para as novas gerações. Sem as usinas hidrelétricas do Paraná, você, que mora em São Paulo hoje, possivelmente não teria sequer luz elétrica em casa. Fo-

ram obras grandes. Grandes pelo tamanho da nossa população, pela dimensão de nossas necessidades e, principalmente, pela grandiosidade de nossa geografia. As obras são proporcionais ao tamanho do País. Como aproveitar o potencial de rios gigantescos como o Paraná ou o Tocantins, a não ser com obras também gigantescas? Aproveitá-los é nosso dever. Usá-los em benefício de nossa gente é nossa obrigação.

Tudo o que foi feito teve como objetivo melhorar a sua condição de vida. Hoje quero mostrar não um setor, mas um conjunto imenso de atividades, um caleidoscópio de projetos, programas, obras, esforços, todos diretamente voltados para a condição humana, para melhorar a situação econômica e social das pessoas, dos nossos irmãos brasileiros em luta com fatores adversos.

Esse conjunto de atividades foi reunido no Ministério do Interior. É um Ministério de competências múltiplas. É o Ministério da integração inter-regional. Por isso, no meu governo, o Ministério do Interior foi também o Ministério que enfrentou as adversidades regionais.

O Ministro do Interior foi o meu agente direto para enfrentar crises prolongadas como a seca do Nordeste, emergências como as inundações em Santa Catarina, para resgatar as condições sub-humanas de moradia a gente dos alagados. E ao mesmo tempo construimos sem parar, por todo o Território, em todos os municípios, a casa própria, os sistemas de água e esgotos para saneamento, os açudes, os sistemas de irrigação e em toda parte zelando pela preservação do meio-ambiente, pela fixação do homem na sua região, pela manutenção de níveis necessários de empregos.

No meu governo, suportamos cinco anos de seca no Nordeste. O Ministério do Interior coordenou recursos e ações para ajudar o povo nordestino a suportar esse fla-

gelo. Agora, a seca passou, mas quero registrar dois fatos inconstestáveis: primeiro, nestes cinco anos conseguindo manter e sustentar o nordestino na sua terra. Não houve migrações em massa, não houve abandono nem fuga de populações em busca de víveres e de mercados de trabalho de outras áreas, como em secas anteriores. Desta vez, o nordestino sobreviveu graças a sua fibra e graças ao apoio federal, que levou ao nordestino alimento e dinheiro nas frentes-de-trabalho. O segundo fato: nestes cinco anos duplicamos a capacidade de armazenamento de água do Nordeste. Mobilizamos todos os recursos para minorar os sacrifícios impostos pela seca. De 79 a 83, aplicamos mais de novecentos e cinqüenta bilhões de cruzeiros, em valores de 1983, em obras e em frentes-de-trabalho que alistaram três milhões e cem mil trabalhadores. Aplicamos, portanto, mais de quinhentos milhões de cruzeiros por dia. Nenhum esforço foi poupado. Os resultados foram expressivos. Em cinco anos, contruimos mais barragens do que em todo o período anterior da história da região. De 1979, a capacidade de armazenamento de água no Nordeste era de doze bilhões de metros cúbicos. Hoje, a região dispõe de uma reserva de vinte e cinco bilhões de metros cúbicos de água.

A preocupação do Governo com o Nordeste e a atenção traduzida em obras realizadas são de conhecimento geral.

A melhor prova de reconhecimento público por tudo o que foi feito, eu a recebi do povo nordestino, que votou em massa nos candidatos do meu Partido, que elegeu os governadores que eu prestigiei e apoei. Os tempos mudaram. As pessoas, também. Mas ninguém muda o que aconteceu. Juntos, no PDS, prefeitos e vereadores, deputados e senadores, os governadores, os

meus Ministros e eu, juntos, unidos, ganhamos os votos do povo de todos os Estados do Nordeste. Ganhamos apesar da demagogia da Oposição, ganhamos apesar da campanhas jornalísticas contra nós. Ganhamos porque estávamos unidos pelos nossos objetivos, pelos nossos ideais, pelos nossos interesses comuns, e colocamos a união e o partido acima das dissenções pessoais. Ganhamos sem egoísmos e sem traições. E ganhamos o voto popular; ganhamos a vontade do povo para o nosso lado. Sou profundamente grato por este apoio explícito que, livremente, me prestou tão importante parcela do nosso povo.

O Ministério do Interior nasceu da necessidade de propor soluções e programas nacionais a problemas que não podiam ser resolvidos, nem no âmbito setorial, nem no âmbito estadual. O combate à seca, a defesa do meio-ambiente, a preservação ecológica, a defesa civil, são alguns dos mais importantes desses programas. Eles não teriam solução adequada sem a SUDENE, sem a Secretaria do Meio-Ambiente, sem os programas de saneamento ambiental, sem a Secretaria da Defesa Civil.

Além disso, o desenvolvimento econômico do nosso País vinha se caracterizando por flagrantes desequilíbrios regionais.

Era preciso coordenar medidas para eliminar esses desequilíbrios.

Antes de 1964, registraram-se algumas iniciativas a respeito, mas isoladas, dispersivas, sem um sentido de ação integrada, sem um sentido prático de execução de programas. Para os governos da Revolução, a correção dos desequilíbrios regionais só podia ser atingida com um esforço intenso, sistemático e abrangente. Era preciso também estabelecer a estratégia e as prioridades para essa correção. As prioridades foram a redução do

desnível econômico e social do Nordeste em relação ao resto do País; e a ocupação produtiva do Centro-Oeste e da Amazônia.

E, a estratégia fundamental, promover a integração das nossas regiões pela formação de um amplo mercado interno, capaz de assegurar um crescimento regional auto-sustentado e capaz de permitir uma descentralização econômica progressiva.

Logo, em junho de 1964, foi criado o Ministério Extraordinário para Coordenação de Organismos Regionais, para tratar do desenvolvimento regional e dos grandes problemas estruturais sócio-econômicos do País, de maneira integrada e com a continuidade necessária. Esse Ministério foi, em seguida, transformado no Ministério do Interior, ao qual ficaram subordinados os bancos e os órgãos regionais de planejamento e coordenação.

Dessa forma, foi possível construir o sistema de incentivos fiscais em favor de projetos industriais, agrícolas e pecuários. Essas regiões de menor renda receberam recursos imensos. E o Governo Federal passou a transferir recursos para Estados e Municípios e a desenvolver programas em benefício das mesmas regiões de menor renda.

Já em meu governo, prossegui no esforço de aperfeiçoar a máquina administrativa. Concentrei no Ministério do Interior atividades que antes estavam dispersas em outros órgãos.

As ações do Ministério do Interior não se esgotaram no Nordeste. Estenderam-se a todo o País por intermédio de suas superintendências, fundações e bancos. No Nordeste, a SUDENE; na Amazônia, a SUDAM e a SUFRAMA, no Centro-Oeste, a SUCECO; no Sul, a SUDESUL.

Suas atividades foram reforçadas por programas de alcance regional ou localizado, como o PROTERRA, para redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste. Ou o PROVALE, para o Vale do São Francisco, ou o PRODOESTE, para o Centro-Oeste. Todos esses programas estavam articulados com o Programa de Integração Nacional.

No plano de atividades nacionais, distinguem-se as ações urbanas como as desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e o Programa de Assistência aos Municípios — PAM, e outras ações não menos importantes ligadas à habitação, saneamento, proteção e assistência ao índio, defesa civil, integração do estudante universitário e meio-ambiente.

Gostaria, inicialmente, de relatar a ação do Ministério do Interior em cada uma das regiões do País.

O Nordeste foi a região que mais recursos e atenções recebeu do Governo. Não poderia ser de outra maneira. Ao atraso relativo com que contava, se comparado às demais regiões, somou-se, nos últimos cinco anos, uma das mais graves secas de que se tem notícia em sua história. Os governos de antes de 1964 deram muito pouca atenção ao Nordeste. Falava-se muito, agia-se pouco. Passamos, depois, a contar com várias entidades que eficazmente vêm contribuindo para o seu progresso.

A SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, entre 1959 e 64, pretendeu corrigir as deficiências de infra-estrutura, principalmente de energia, transportes e saneamento básico. Mas não foi muito além da criação de alguns órgãos administrativos para isso, como a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste. Compa-

nhia de Água e Esgoto do Nordeste. Em relação à seca, promoveu a criação de um fundo de emergência para o abastecimento do Nordeste.

A partir de 1964, conforme a estratégia que indiquei, de integração econômica auto-sustentada da região, dirigimos esforços e recursos para os setores diretamente produtivos da economia nordestina.

Foram criados programas especiais de desenvolvimento rural e urbano como o PROTERRA, o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o Programa de Irrigação e o Programa de Investimentos em Capitais e Cidades de Porte Médio. O sistema de incentivos fiscais e financeiros foi aprimorado através do FINOR, o Fundo de Investimento do Nordeste.

Firmou-se uma política de desenvolvimento industrial da região, com a instalação de grandes complexos industriais, aproveitando as potencialidades locais: o complexo industrial cloroquímico de Alagoas, que utiliza as ricas jazidas de sal-gema existentes perto de Maceió, para produzir soda cáustica, cloro e produtos derivados. O Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, que produz matérias-primas utilizadas pela indústria química na fabricação dos mais variados produtos. O complexto têxtil e de confecções na produção de tecidos e o complexo do couro para ampliação da indústria de curtumes, calçados e artefatos de couro.

Na minha gestão, criei o programa de aproveitamento de recursos hídricos do Nordeste — PROHIDRO, para assegurar a utilização racional da água, que é o recurso natural mais escasso na região. Com outros programas da SUDENE e do DNOCS foi possível acelerar as obras para aumento da capacidade de armazenamento de água. É com orgulho que repito que, no meu governo, foi dobrada a capacidade de armazenamento de água da

região, que passou de doze bilhões de metros cúbicos a vinte e cinco bilhões. Em cinco anos, foram construídas mais barragens no Nordeste que em todo o período anterior de sua história. O Rio Jaguaribe, no Ceará, até há pouco considerado o maior rio seco do Mundo, tornou-se perene. No auge da crise, noventa e cinco por cento da região sofria o flagelo da seca. A seca atingiu até o Território de Fernando de Noronha, por um lado, e por outro, penetrou na Amazônia maranhense. Mais de vinte milhões de pessoas sofreram seus efeitos. Para ajudar o nordestino nessa emergência, o Governo criou as frentes-de-trabalho, alistando mais de três milhões e cem mil trabalhadores em mil trezentos e vinte e oito municípios. Eu gostaria que todos refletissem no que representou, em gastos, a manutenção, em média, de mais de um milhão de empregados por um período de cinco anos. Eu estou seguro de que você compreende que estes gastos não foram em vão, porque milhares de pessoas solidárias contribuíram enviando alimentos, roupas e remédios.

De 1979 a 1983, o programa de assistência às populações e áreas atingidas pelas secas do Nordeste aplicou mais de novecentos e cinqüenta bilhões de cruzeiros em obras e serviços em áreas rurais, perfuração de poços, produção de alimentos e abastecimento de água. As frentes construiram ou melhoraram mais de cento e vinte mil pontos de água, restauraram noventa e dois mil quilômetros de estradas, trezentos e quarenta e cinco quilômetros de adutoras e prepararam para a produção agrícola um milhão e meio de hectares. O armazenamento de água tornou possível trinta e três projetos de irrigação; dezoito já em operação na área do São Francisco, nos Estados de Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

O apoio federal aos nordestinos mobilizou outros recursos e programas. O agricultor pôde contar com o Projeto Sertanejo voltado para produtores rurais pequenos e médios, com o objetivo de elevar sua capacidade de resistência às secas em quinhentos e seis municípios do Nordeste. Foram elaborados mais de vinte e seis mil projetos de investimentos dos quais dezessete mil já contratados, abrangendo duzentos e vinte e cinco mil hectares em pequenas propriedades rurais.

Criei também o Programa de Apoio Especial às Populações Pobres das Zonas Canavieiras, o PROCANOR, para beneficiar o homem sem recursos, por meio da reforma e construção de obras e saneamento, salas de aula, hospitais e alimentos.

No âmbito da Região Nordeste, quero também destacar o apoio à iniciativa privada. O Banco do Nordeste do Brasil aplicou um trilhão e seiscentos bilhões de cruzeiros no fomento às atividades produtivas da Região. Em cinco anos, o volume de empréstimos do BNB cresceu cinqüenta vezes.

Com recursos do FINOR, a SUDENE aprovou seiscentos e oito projetos industriais, agroindustriais e agropecuários, da iniciativa privada, possibilitando a criação de cerca de cento e doze mil empregos diretos.

A seca e todas as calamidades dela decorrentes são um problema secular do Nordeste. Por isso mesmo, sua solução depende da continuidade do esforço de todos, durante muitos anos. E é preciso reavaliar periodicamente os rumos e os resultados dos projetos.

Há dois anos criei o Projeto Nordeste para reavaliar a nossa estratégia na Região. Já definimos um programa de apoio ao pequeno produtor rural, que vai apli-

car doze bilhões de dólares, num prazo de quinze anos, para beneficiar dois milhões de famílias de pequenos produtores e trabalhadores rurais.

A ação do Governo no Nordeste propiciou a melhoria efetiva das condições de bem-estar do nordestino e os recursos ali despendidos estão ajudando a reduzir suas diferenças em relação às zonas mais desenvolvidas do País.

Até algumas décadas atrás, a Amazônia era conhecida apenas como «inferno verde», um mundo desconhecido e fantasioso de matas e rios.

Não havia ação consistente do Governo para ocupar efetivamente a Região. Alguns se lembram da SPVEA — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Poucos lembram do que foi feito naquela imensa região antes de 64. Desde o término do ciclo da borracha, a Amazônia vivia estagnada, sem perspectivas.

No governo Castello Branco foi definida, afinal, uma política para dar suporte financeiro ao desenvolvimento da Região. Criou-se a SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, órgão de coordenação e promoção do desenvolvimento regional. Foi criada, igualmente, a SUDHEVEA, Superintendência da Borracha, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus, a SUFRAMA. A Zona Franca, contando com incentivos fiscais, visava a criar um pólo de atração de população, de criação de empregos, de negócios e de investimentos para ocupar o imenso vazio econômico e demográfico da Amazônia.

A população da região dobrou. De dois milhões e oitocentos mil habitantes, em 1963, a população da Amazônia alcançou quatro milhões e quinhentos mil habitantes em 1978.

Cidades como Manaus e Belém transformaram-se em grandes pólos de desenvolvimento regional com mais de um milhão de habitantes.

No âmbito da SUDAM já foram investidos um trilhão e quatrocentos bilhões na implantação de novecentos e onze projetos agrícolas e industriais. Desse total, quatrocentos e dezessete foram aprovados pelo meu governo e criaram quarenta e seis mil empregos diretos. A isso somam-se oitenta e um mil empregos criados pela aprovação da SUFRAMA, de duzentos e vinte e quatro projetos industriais e cento e oito projetos agrícolas e pecuários.

Com a colaboração do projeto RADAM, o solo amazônico foi inteiramente identificado, bem como localizadas grandes reservas de minérios, que todos agora conhecem.

Programas especiais foram criados.

O POLAMAZÔNIA, com recursos específicos, permitiu a implantação da infra-estrutura rodoviária, portuária, aeroviária e a execução dos mais variados projetos.

Através do POLAMAZÔNIA, o Governo Federal implantou seiscentos e quarenta e dois quilômetros de estradas-tronco, dois mil e seiscentos quilômetros de estradas vicinais, construiu dez portos fluviais e vinte e dois campos de pouso e implantou quinze usinas termelétricas nos últimos quatro anos.

O POLAMAZÔNIA vem executando cerca de dois mil projetos na região. Construiu ou ampliou trezentos e oitenta e uma escolas e treinou doze mil professores. Construiu oitenta e oito unidades mistas de saúde e atendeu três milhões de pessoas com programas de ação social. Em apoio ao homem do campo, mais de sessenta

e um mil produtores foram treinados, e concedidos seis mil e setecentos títulos definitivos de terra. Levamos adiante outros projetos significativos como o Projeto de Mineração da Bauxita, no Rio Trombetas, o Complexo de Alumínio (ALBRÁS — ALUNORTE), o Projeto Carajás, a construção das Hidrelétricas de Tucuruí, no Pará, que começa a funcionar esta semana e de Balbina, no Amazonas, já em fase adiantada de construção.

Estes dados mostram que a Amazônia deixou de ser um «inferno verde». Ela está ocupada pelos brasileiros, integrada no Brasil e em nosso processo de desenvolvimento.

A Região Centro-Oeste, que abrange mais de vinte por cento do território brasileiro, tem sido tradicionalmente identificada como um grande celeiro do Brasil no futuro. A extensão de seus campos e topografia favorável definem sua inegável vocação agrícola.

Para dar apoio ao desenvolvimento da Região foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO.

Como na Amazônia, no período 64-78, a população da Região dobrou. Passou de três milhões e meio para seis milhões, e ultrapassa, hoje, os sete milhões de habitantes.

Para apoiar essa ocupação, o Governo criou alguns programas de desenvolvimento como o POLOCENTRO, o Programa dos Cerrados e o Programa do Pantanal.

Os cerrados, que abrangem 1/4 do Território Nacional, eram até há pouco considerados improdutivos, destinados apenas às atividades de pecuária extensiva.

Hoje, graças à tecnologia desenvolvida pelas pesquisas apoiadas pelo Governo, inclusive com recursos do POLOCENTRO, os cerrados estão produzindo grãos com os mais altos índices de produtividade:

— A soja: 2.100 kg por hectare, quando a média nacional é de 1.700 quilos.

— O trigo: 2.200 kg por hectare; a média nacional é de 900 quilos.

— O milho: 3.500 kg por hectare. A média nacional é de 1.700 quilos.

Com tais índices de produtividade, superiores até a índices alcançados em regiões tradicionais de produção de grãos, os cerrados estarão brevemente integrados com áreas altamente produtivas.

Novos investimentos são necessários. A marcha para o Oeste assim o exige. A criação do Estado de Rondônia, hoje ligado ao País pela BR-364, acelera o processo migratório e a circulação de riquezas. Atento às necessidades da região, determinei em 1981 a criação de um novo programa, o POLONORDESTE, cuja atuação se estende por quatrocentos e um mil quilômetros quadrados e vinte e nove municípios.

O Sul e o Sudeste, mesmo sendo as regiões mais desenvolvidas do País, têm áreas carentes de apoio federal e não foram esquecidos. Por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e da Secretaria de Desenvolvimento da Região Sudeste, inúmeros projetos foram efetivados. Vou citar o controle de erosão do solo no noroeste do Paraná e o cadastramento de propriedades rurais.

Em 1980, criei o Programa Especial da Lagoa-Mirim, no extremo Sul, para promover a diversificação da produção agrícola, a construção de estradas, controle e enchentes e atendimento comunitário de populações de baixa renda.

No meu governo, dei especial atenção aos trabalhos de drenagem e retificação do Rio Tubarão, em Santa

Catarina, uma das maiores obras já realizadas no País. São importantes também as obras de construção de barragens de contenção do Rio Itajaí, em Santa Catarina, e no Rio Guaíba, no Rio Grande do Sul.

A SUDESUL teve expressiva participação no socorro às vítimas das enchentes que castigam o sul do País e nos trabalhos de reconstrução de cidades e equipamentos de infra-estrutura destruídos.

Ao lado deste trabalho regional, o Ministério do Interior realizou programas de âmbito nacional.

Quero destacar a assistência às áreas urbanas de concentração de pobreza. Para isso, instituí, em 1979, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

É preciso modificar a tendência das grandes cidades ao crescimento desordenado. Não se trata de frear o crescimento, mas distribuir a ocupação do espaço para evitar a excessiva concentração industrial, a queda do bem-estar e os danos ao meio-ambiente.

É preciso orientar os investimentos para o maior crescimento das cidades de porte médio e dos núcleos urbanos no Interior.

Já temos programas especiais para os problemas das grandes aglomerações de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. As cidades pequenas e de porte médio também contam com programas para antecipar e resolver problemas futuros gerados por seu crescimento.

Em 1981, instituí o Programa de Assistência aos Municípios — PAM, para assistência a projetos de urbanização, saneamento geral e melhoria de infra-estrutura de escolas e postos de saúde. Em dois anos, o PAM transferiu dezessete bilhões de cruzeiros a três mil duzentos e quarenta municípios.

De todos os programas ou projetos de alcance nacional, há um que se destaca pelo que realizou e pelo que representa para cada pessoa. É a obra realizada pelo Banco Nacional da Habitação. A crítica contra o BNH caracteriza-se pelo vigor e pela paixão. Não a descarto integralmente. Assim é que determinei que ele fosse adaptado às exigências do momento econômico-social.

Alguns números mostram o crescimento urbano esmagador que sofremos. Em apenas quarenta anos, o perfil demográfico brasileiro se inverteu. Em 1940, o censo demográfico registrava trinta por cento de habitantes urbanos contra setenta por centro de moradores no campo. Em 1980, os resultados do Censo mostram que a situação se inverteu — os urbanos cresceram para setenta por cento e os rurais diminuíram para trinta por cento. Em 1940, o Brasil tinha duas cidades com população entre quinhentos mil e um milhão de habitantes: Rio de Janeiro e São Paulo.

Hoje são cidades com mais de 1 milhão de habitantes: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Dessas, duas têm mais de 5 milhões de habitantes: São Paulo e Rio.

Pela primeira vez o crescimento da população urbana, no período 1970/1980, foi maior do que o crescimento da população total do País, no mesmo período. Enquanto a população total cresceu vinte e seis milhões, a população urbana aumentou vinte e nove milhões, atingindo oitenta e dois milhões de habitantes. O ritmo de crescimento da população urbana, no mesmo período, foi de 4,5% ao ano, enquanto o da população total foi de 2,4%.

Dois em cada três brasileiros vivem hoje nas cidades.

Considerando uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano, inferior, portanto, à registrada no decênio passado, a população urbana duplicará em vinte anos. Isto é, por volta do ano dois mil, a população das cidades brasileiras será de cento e sessenta milhões de habitantes.

Para se ter uma idéia da amplitude do desafio que representa para a sociedade brasileira esse acelerado processo de urbanização, basta lembrar que para acolher esta população será necessário construir uma área urbana: casas, ruas, redes de abastecimento d'água, rede de esgotos, de energia e iluminação pública, edifícios para comércio, indústria e administração pública — equivalente a tudo o que se construiu até hoje no País desde o seu descobrimento. Significará construir cem Brasílias. Um aspecto mais grave: essa urbanização acelerada foi marcada pela pobreza. Por isso, nas cidades brasileiras aglomera-se uma alta porcentagem de pessoas pobres que ocupam as favelas, os cortiços e suas áreas periféricas.

Fundado em 1964, o Banco Nacional da Habitação instituiu uma política voltada para o atendimento global das necessidades da população em termos de casa própria. Antes de 1964, iniciativas esparsas resultaram na construção de somente cento e vinte mil comparado à dimensão do problema.

Depois de 64, o Banco da Habitação implantou nova modalidade de construção e novos critérios de justiça e equidade para a aquisição de imóveis. Os que hoje criticam o banco devem lembrar-se que ele já efetuou financiamentos para a construção de mais de quatro milhões de moradias. Deste total, dois milhões e cem mil no meu governo.

Eu tenho consciência dos problemas ora enfrentados pelos mutuários da casa própria. A imprensa vem dando

realce aos insatisfeitos e às dificuldades de pagamento de alguns mutuários. Peço a sua atenção, meu caro telespectador, para o seguinte: o BNH já tornou possível a casa própria para quatro milhões e duzentas mil famílias. Um milhão de famílias já terminaram de pagar sua dívida, e três milhões e cento e vinte e sete mil pagam sem problema. Somente sessenta e cinco mil mutuários foram à justiça contra o BNH. Na primeira instância, o BNH ganhou mil e quinhentas causas e perdeu outras mil e quinhentas. Este é o retrato real.

Tenho procurado, com o Ministro do Interior, o Ministro do Planejamento e o Presidente do BNH, encontrar formas de aliviar as dificuldades de quem está pagando a moradia comprada pelo sistema financeiro de habitação. Foi instituído o bônus e aprovado o plano de equivalência salarial para reduzir as prestações da casa própria e permitir a reprogramação dos contratos de financiamento.

Há quatro anos atrás, ao passar pelos alagados de Belém, não me contive e disse ao Ministro do Interior que eu queria acabar com aquela miséria no Brasil, antes do fim do meu governo. Fizemos, para isso, o PROMORAR — Programa de Erradicação da Sub-Habitação, que já beneficiou dois milhões e trezentas mil pessoas, urbanizando, construindo casas e escolas, centros de saúde e núcleos de lazer para populações de baixa renda. No Rio de Janeiro erradicamos as favelas da Maré, Nova Holanda e Morro do Tibau, com saneamento, ruas e praças, escolas, unidades de assistência materno-infantil e quadras de esportes. O PROMORAR erradicou ainda a Fávela de Alagados, na Bahia, Favela China-Japão, em Natal, a Favela Coroados, em Manaus, Favela Santa Terezinha, em Fortaleza, Favela Angelim, em Teresina e várias outras. O PROMORAR já

fez novas experiências, como o mutirão, que culminaram na criação do Projeto João-de-Barro, que já atendeu cento e duas mil pessoas carentes em diversas regiões do País.

Habitação e saneamento básico são ações conjuntas. O Plano Nacional de Saneamento — PLANASA implantou sistemas de abastecimento de água em 1.198 localidades, sendo 593 novas cidades e 605 distritos. Modernizou e ampliou os sistemas de abastecimento em outras 1.422 localidades. Mais de dezenove milhões de brasileiros passaram a ser beneficiados com o abastecimento de água potável, no período de 1979 a 1983.

Entre as ações de natureza social do Ministério do Interior, quero citar também a criação, em 1979, da Secretaria Especial da Defesa Civil, que orienta em todo o País as atividades de prevenção, assistência e recuperação em caso de calamidades. O povo e o Governo atuam conjuntamente com um único objetivo: proteger a vida e resguardar o patrimônio. A atuação da defesa civil é crescente no trabalho de conscientizar as autoridades e a população, e no atendimento às comunidades sujeitas a emergências.

Ainda na área social, o Projeto Rondon vem cumprindo um importante programa de ação comunitária, que envolveu, nos últimos cinco anos, seiscentos e oito mil universitários. Eles levaram seu trabalho à população de quase 2.000 municípios. Desenvolveram ações de saúde, educação, pesquisas e estudos.

Com a ocupação econômica de novas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia, o problema das comunidades indígenas adquiriu dimensão de maior cuidado. A FUNAI desenvolve um trabalho muito amplo e com ênfase na regularização e demarcação de terras, saúde, educação e valorização da cultura indígena.

Da mesma forma, a ocupação de novas áreas exigiu atenção especial do Governo com a preservação dos nossos recursos naturais, da nossa fauna e flora. A Secretaria Especial do Meio-Ambiente, a SEMA já protege 10 estações ecológicas criadas no meu governo e está implantando outras 14 novas estações.

Em 1981, sancionei a Lei nº 6.938, que institucionalizou a política nacional de meio-ambiente, considerada uma das mais avançadas em todo o Mundo. O Brasil ocupará a Amazônia preservando seu vasto patrimônio natural.

Meus amigos,

Peço que reflitam sobre a transformação social e econômica que resultou do esforço do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Interior e os órgãos a ele vinculados. É uma transformação muito grande, porque o Brasil é grande e nós sabemos crescer conforme a nossa dimensão. A melhor prova disso está no que fizemos. Vou repetir.

No Nordeste, duplicamos o armazenamento de água, instalamos conjuntos industriais possantes e expandimos a produção agropecuária, onde antes só havia a seca, a miséria e o atraso econômico.

Na Amazônia, em cinco milhões de quilômetros quadrados, mapeamos tudo e identificamos incontáveis jazidas de minérios e terras propícias que já atraem e fixam populações inteiras, onde antes só havia o vazio e a selva.

No Centro-Oeste, hoje, a soja, o arroz, a pecuária e novas cidades cobrem as extensões antes abandonadas dos campos e do pantanal.

Graças ao sistema financeiro de habitação, o BNH construiu quatro milhões de residências, estendeu redes

de água e esgoto e melhorou as condições de vida em quase todos os quatro mil municípios da nossa terra. São vinte milhões de brasileiros que, sem o BNH, não teriam sua casa própria.

Tenho certeza que todos os brasileiros de alguma forma colheram os benefícios de tudo isto. Você, meu caro, telespectador, veja, no seu próprio caso, se eu não tenho razão, esteja você na Amazônia, no Nordeste, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, no Centro-Oeste ou no Sul. Foi para isso, é para isso que o Governo criou e realizou esses projetos.

Através da ocupação racional e ordenada dos imensos espaços vazios do território brasileiro, apoiando o homem rural e o homem urbano, num esforço enorme para transformar a desoladora imagem dos bolsões de pobreza, o Ministério do Interior realizou uma obra gigantesca para uma sociedade mais justa, mais integrada, mais humana.

Muito Obrigado, e boa noite.